

 ***necessári***

issn: 1808-799X

ano 5 - número 5 - 2007

documento

**Consequências Práticas e Carácter Geral do Revisionismo**

(\*)

**Rosa de Luxemburgo (\*\*)**

No primeiro capítulo, procurámos demonstrar que a teoria de Bernstein retira ao programa socialista toda a base material, transportando-o para uma base idealista. Essa é a fundamentação teórica da sua doutrina – mas como aparece traduzida na prática a teoria? Começemos por verificar que formalmente não se distinguem em nada da prática de luta social-democrata tal como tem sido realizada até hoje. Lutas sindicais, lutas pelas reformas sociais e pela democratização das instituições, constituem também o conteúdo formal da actividade do partido social-democrata. A diferença não reside no quê mas no como. No actual estado de coisas, a luta sindical e a luta parlamentar são encaradas como meios de dirigir e educar pouco a pouco o proletariado para a conquista do poder político. Segundo a teoria revisionista, que considera como inútil ou impossível a conquista do poder,

a luta sindical e a luta parlamentar devem unicamente ser praticadas para alcançar objectivos imediatos que visem melhorar a situação material dos operários e procurem a redução progressiva da exploração capitalista e a extensão do controlo social. Ponhamos de lado a melhoria imediata da situação dos operários, porque o objectivo é comum às duas concepções, a do partido e a do revisionismo, cuja diferença pode ser definida em poucas palavras: segundo a concepção normal, a luta política e sindical têm uma significação socialista na medida em que preparam o proletariado – que é o factor subjectivo da transformação socialista – para realizar essa transformação. Segundo Bernstein, a luta sindical e política têm por tarefa reduzir progressivamente a exploração capitalista, retirar progressivamente esse carácter capitalista à sociedade capitalista e dar-lhe um carácter socialista. numa palavra. realizar objectivamente a transformação socialista da sociedade. Quando se examina a coisa de mais perto, percebe-se que essas duas concepções são totalmente opostas. Segundo a concepção corrente do partido, o proletariado adquire, através da experiência da luta sindical e política, a convicção de que é impossível transformar radicalmente a sua situação por meio dessa única luta, e que só o conseguirá definitivamente depois de se apoderar do poder político.

A teoria de Bernstein acredita no carácter socialista da luta sindical e parlamentar, a que atribui uma acção socializante progressiva da economia capitalista. Mas essa acção socializante só existe, demonstrámo-lo, na imaginação de Bernstein.

As estruturas capitalistas da propriedade e do Estado evoluem em direcções completamente opostas. Por esse facto, a luta quotidiana concreta da social-democracia perde, em última análise, toda a relação com o socialismo. A luta sindical e a luta política são importantes porque actuam sobre a consciência do proletariado, porque lhe dão uma consciência socialista, porque o organizam como classe. Atribuir-lhe um poder directo de

socialização da economia capitalista, não é sómente ir ao encontro de um falhanço nesse campo, mas ainda retirar-lhe qualquer outra significação: deixam de ser um meio de educar a classe operária e de a preparar para conquistar o poder. Também Bernstein e Conrad Schmidt incorrem num contra-senso total quando, para se tranquilizarem, afirmam que, mesmo se a luta for reduzida pelas reformas sociais e pelo movimento sindical. não se abandona o objectivo último do movimento operário: cada passo dado nesse sentido não ultrapassa os seus próprios objectivos e o objectivo socialista não está presente em todo o movimento como tendência que o anima? É uma verdade insofismável que, na táctica actual da social-democracia, a consciência do objectivo – a conquista do poder político – e o esforço para o atingir precedem e orientam toda a luta sindical e o movimento para as reformas. Mas se a separam dessa prévia orientação do movimento e se fazem da reforma social um objectivo autónomo, não conduzirá à realização do objectivo final. Conrad Schmidt refugia-se num movimento por assim dizer automático que, uma vez desencadeado, não pode parar por si próprio; parte da ideia muito simples de que o apetite vem com o comer e de que a classe operária não se pode contentar com reformas, enquanto a transformação socialista da sociedade não estiver acabada. Este último postulado é, sem dúvida, exacto e a insuficiência das reformas capitalistas provam-no. Mas a conclusão a que chega só seria verdadeira se se pudesse construir uma cadeia ininterrupta de reformas sociais cada vez mais extensas que transformariam o actual regime capitalista em regime socialista. Trata-se de uma perspectiva fantasista. Pela própria natureza das coisas, essa cadeia romper-se-ia muito depressa e, a partir dessa ruptura, as vias por onde o movimento pode enveredar são múltiplas e diversas.

O resultado imediato e mais provável é uma mudança de táctica visando obter, por todos os meios, os resultados práticos da luta, quer dizer, as

reformas sociais. A consciência de classe irreconciliável só tem sentido quando se lhe propõe a tomada do poder; se se pretendem unicamente os objectivos práticos imediatos, o que se está realmente a praticar é a sua obstrução. Ràpidamente se adopta uma “política de compensação” – leia-se uma “política de mistificação” – e uma atitude prudentemente diplomática. Mas o movimento não pode ser entravado por muito tempo. Qualquer que seja a táctica utilizada, e porque as reformas sociais são e continuarão a ser, em regime capitalista, nozes ocas, a etapa seguinte será, muito lógicamente, a desilusão, mesmo no concernente ao valor próprio das reformas – cair-se-á no mesmo mar podre em que se refugiaram os professores Schmoller e Cia. que, depois de terem navegado nas águas do reformismo social, acabaram por deixar andar tudo pela graça de Deus<sup>1</sup>. O socialismo não sucede automaticamente e em todas as circunstâncias da luta quotidiana da classe operária. Surgirá da agudização das contradições internas da economia capitalista e da consciencialização da classe operária, que compreenderá a necessidade de as destruir por intermédio de uma revolução social. Negar umas e recusar outra, como o faz o revisionismo, acaba por transformar o movimento operário numa simples associação corporativa reformista, conduzindo-o automaticamente a abandonar a perspectiva de classe.

Essas consequências são evidentes quando se analisa o revisionismo sob um outro aspecto, confrontando-o com o carácter geral dessa teoria. É evidente que o revisionismo não defende as posições capitalistas nem nega, como os economistas burgueses, as suas contradições. Pelo contrário, aceita a tese marxista da existência dessas contradições. Mas, por outro lado – estamos no centro da sua concepção e é isto que o diferencia da teoria, até aqui em vigor no partido – não fundamenta a sua doutrina na supressão dessas contradições, que seriam a própria consequência do seu desenvolvimento interno.

A teoria revisionista situa-se num lugar intermédio entre esses dois pólos extremos. Não quer levar à maturidade as contradições capitalistas nem suprimi-las, uma vez atingido o seu desenvolvimento extremo, por uma mutação revolucionária da situação, quer atenuá-las, amalgamá-las. Por isso pretende que a contradição entre a produção e a troca será atenuada pelo fim das crises, pela formação de associações patronais: do mesmo modo que a contradição entre o capital e o trabalho será atenuada pela melhoria da situação do proletariado e pela sobrevivência das classes médias, que a do Estado classista e a da sociedade, por um controlo social crescente e pelo progresso da democracia.

É evidente que a tática social-democrata não consiste em esperar o ponto extremo das contradições capitalistas para que se produza uma mutação revolucionária da situação. Pelo contrário, a essência da tática revolucionária consiste em reconhecer a tendência do desenvolvimento e daí transpor as suas consequências últimas para a luta política. E por isso, a exemplificar, a social-democracia sempre combateu o proteccionismo e o militarismo sem esperar que o seu carácter reaccionário se evidenciasse totalmente. Mas a tática de Bernstein não consiste em se apoiar sobre a evolução e a agudização dos antagonismos, baseia-se, pelo contrário, na sua atenuação. Define a sua tática falando de uma “adaptação” da economia capitalista. Quando se verificaria uma tal concepção? Todas as contradições da sociedade actual resultam do modo de produção capitalista. Suponhamos que esse modo de produção continua a evoluir na direcção actual, prosseguirá necessariamente as suas próprias consequências, as contradições continuarão a agudizar-se, a agravar-se em vez de se atenuarem. Para que a teoria de Bernstein se verifique, seria necessário que o próprio modo de produção capitalista fosse travado no seu desenvolvimento. Em resumo, o postulado geral que a teoria de Bernstein implica é uma travagem do desenvolvimento capitalista.

Por isso, a sua teoria autocondena-se de duas maneiras. Por um lado denuncia o seu carácter utópico em relação ao objectivo final do socialismo: é, desde o princípio, claro que o afundamento do desenvolvimento capitalista não acabará numa transformação socialista da sociedade: demonstrámos anteriormente as consequências práticas dessa teoria. Seguidamente mistifica o seu carácter reaccionário quanto ao desenvolvimento efectivo do capitalismo, que é rápido. Portanto a questão que se levanta presentemente é: demonstrada essa evolução real do capitalismo, como explicar, ou melhor, caracterizar a teoria de Bernstein?

Demonstrámos no nosso primeiro capítulo que o postulado económico em que se fundamenta a análise de Bernstein das relações sociais actuais é falso – é suficiente ver a sua teoria de “adaptação” do capitalismo.

Vimos que nem o sistema de crédito nem as concentrações podem ser consideradas como “factores de adaptação” da economia capitalista e que nem a paragem momentânea das crises, nem a sobrevivência das classes médias podem passar por sintomas de adaptação do capitalismo. Mas todos esses pontos particulares da teoria da adaptação apresentam uma característica comum. Essa teoria, mais que ligar orgânicamente os fenómenos da vida económica ao todo do desenvolvimento capitalista, de os ligar ao mecanismo geral da economia, arranca-os ao contexto global e examina-os separadamente como fragmentos dispersos de uma máquina sem vida. Por exemplo, sucede assim com a tese do crédito como factor de adaptação. Se se considera o crédito como uma etapa superior e natural da troca, ligada às contradições inerentes da troca capitalista, é impossível transformá-lo num “factor de adaptação” mecânico, com existência própria fora do processo global da troca; para mais é impossível considerar o dinheiro, a mercadoria, o capital, como “factores de adaptação” do capitalismo. Ora, o crédito é, ao mesmo nível do dinheiro da mercadoria ou do capital, um nó orgânico da economia capitalista em determinado estágio

do seu desenvolvimento e, tal com os outros, constitui nesse estágio uma roda indispensável ao mecanismo da economia capitalista e é, simultaneamente, seu elemento corrosivo porque conduz a um agravamento das suas contradições internas.

O mesmo sucede com as concentrações e com os meios de comunicação aperfeiçoados.

A mesma concepção mecânica e antidialéctica manifesta-se na ideia de Bernstein de que a cessação das crises é um sintoma “da adaptação” da economia capitalista. Para ele, as crises reduzem-se a desordens produzidas no mecanismo da economia; se as desordens param o mecanismo, recomeça o movimento. Ora, de facto, as crises não são desordens no sentido exacto da palavra, ou melhor, são desordens mas sem as quais a economia capitalista não se poderia desenvolver. Se é verdade que as crises constituem – dizemo-lo esquematicamente – o único método possível no interior do capitalismo, portanto normal, de corrigir periodicamente o desequilíbrio existente entre a capacidade ilimitada de expansão da produção e os limites estreitos do mercado, então as crises são manifestações orgânicas inseparáveis do conjunto da economia capitalista.

É sobretudo a ausência de desordens no desenvolvimento da produção capitalista que contém em si perigos mais graves que as próprias crises. É a constante baixa da taxa de lucro, resultante não da contradição entre a produção e a troca mas do aumento da produtividade do trabalho, que ameaça tornar impossível a produção aos pequenos e médios capitais, arriscando-se a limitar, dessa maneira, a criação de novos investimentos, a travar a sua expansão. As crises, outra consequência do mesmo processo, têm precisamente por efeito, ao depreciarem periodicamente o capital, o abaixamento do preço dos meios de produção e, paralisando uma parte do

capital activo, aumentar o lucro, criando por isso mesmo condições para novos investimentos e uma nova extensão da produção. Surgem como um meio de incentivar o desenvolvimento capitalista. Se param (não em determinados momentos, quando o mercado mundial se desenvolve, mas se deixam de existir de facto) , a sua desapareição, em vez de favorecer o impulso da economia capitalista, como pensa Bernstein, provocaria, pelo contrário, o seu afundamento. Com a rigidez mecânica que caracteriza toda a sua teoria, Bernstein esquece, ao mesmo tempo, a necessidade das crises e da periodicidade de novos investimentos de pequenos e médios capitais. Por isso o permanente renascer dos pequenos capitais parece-lhe um sinal de paragem do desenvolvimento capitalista e não, como é o caso, do desenvolvimento normal do capitalismo.

A única perspectiva em que todos os fenómenos mencionados surgem efectivamente tais como os apresenta a teoria da adaptação, é a do capitalista isolado. Nessa perspectiva, os factos económicos aparecem deformados pelas leis da concorrência e reflectem-se na consciência do capitalista individual. Este considera cada fragmento orgânico do todo económico como um todo independente, vê apenas os efeitos. sobre si, capitalista isolado e, por consequência, considera-os como simples “desordens” ou simples “factores de adaptação”. Para o capitalista isolado, as crises são efectivamente simples desordens cuja desapareição lhe possibilitará uma dilatação do prazo de existência. Para ele, o crédito é um meio de adaptar as suas forças de produção insuficientes às necessidades do mercado. Para ele, a concentração a que adere suprime efectivamente a anarquia.

Numa palavra, a teoria da adaptação de Bernstein não é mais que uma generalização teórica do ponto de vista do capitalista isolado; ora esse ponto de vista traduz-se em teoria na economia burguesa vulgar. Todos os erros económicos dessa escola baseiam-se exactamente num



mal-entendido pelo qual os fenómenos da concorrência, considerados na, perspectiva do capital isolado, passam por consequências do todo da economia capitalista. Tal como faz Bernstein para o crédito a economia vulgar ainda, por exemplo, considera o dinheiro como um engenhoso “meio de adaptação” às necessidades de troca. Procura igualmente nos próprio fenómenos capitalistas um antídoto contra os males capitalistas. Acredita, como Bernstein, na possibilidade de uma regularização da economia capitalista. Acredita nas possibilidades de atenuação das contradições capitalistas e no disfarçar das mazelas da economia capitalista; por outros termos, a sua tentativa é reaccionária e não revolucionária, dependente da competência da utopia.

Pode definir-se e resumir-se a teoria revisionista pelas seguintes palavras: É uma teoria do afundamento do socialismo, fundamentada na teoria da economia vulgar do afundamento do capitalismo.

(\*) ver em [www.marxist.org](http://www.marxist.org)

(\*\*) O texto corresponde a seção 5 da primeira parte da obra Reforma ou revolução, publicada em 1900

1. Em 1672, os professores Wagner, Schmoller, Brentano, etc., reuniram-se num Congresso em Eisenach, no decorrer do qual proclamaram com muito ardor e força publicitária que o seu objectivo era a instauração de reformas sociais para a protecção da classe trabalhadora. Esses mesmos senhores, que o liberal Oppenheimer qualifica irónicamente de “professores universitários do socialismo”, fundaram imediatamente a Associação para as reformas sociais. Alguns anos mais tarde, no momento em que a luta contra a social-democracia se agravou, estes pioneiros do “socialismo universitário” votaram, na sua qualidade de deputados pelo Reichstag, pela manutenção em vigor da lei de excepção contra os socialistas. Para além disto, toda a actividade associativa se resume à convocação de algumas assembleias gerais, durante as quais são lidos alguns relatórios académicos sobre diferentes temas. Por outro lado, a associação publicou mais de cem volumes sobre diversas questões económicas. Mas quanto às reformas sociais, estes professores, que depois vieram a intervir a favor dos direitos proteccionistas, do militarista, etc., não deram um passo. Finalmente, a própria associação, abandonou todo o programa de reformas sociais para se entregar exclusivamente à questão das crises, provocações. etc.

**voltar**